

MODELO E CONTRA MODELO: O RETRATO DE AFONSO HENRIQUES NOS TEXTOS MEDIEVAIS

GRAÇA VIDEIRA LOPES

Universidade Nova de Lisboa

Se há figura que marca o imaginário nacional, essa figura é certamente a do “pai da Pátria”, Afonso Henriques. Ao propor-me abordar tema tão carregado de simbolismo, devo começar por esclarecer que não sou historiadora, pelo menos *strictu sensu*, nem me atrevera, pois, a entrar no campo do imediatamente factual, por mais que as circunstâncias que rodeiam a formação do reino de Portugal continuem, na sua obscuridade apelativa, a ser uma das matérias mais aliciantes para o investigador de temas medievais ou mesmo para o cidadão comum interessado na busca das origens. O meu propósito é, no entanto, bastante mais restrito: o de regressar ao retrato do primeiro rei de Portugal tal como aparece nos relatos medievais que a ele se referem, ou seja, o que me proponho fazer não é tanto uma análise histórica mas uma análise das narrativas medievais que relatam quer a vida e feitos de Afonso Henriques, quer alguns aspectos mais pontuais ou mesmo anedóticos da sua figura.

Creio que todos terão presentes os excelentes textos que António José Saraiva escreveu sobre matéria similar¹, e nos quais, partindo da *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, do texto castelhano da *Crónica dos Vinte Reis* e de uma das narrativas incluídas no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, reconstitui, de forma muito convincente, uma parte do texto do que terá sido a perdida “Gesta de D. Afonso Henriques”, de que esses textos seriam em parte a prosificação. Ou seja, como decerto terão presente, trata-se, nos estudos de Saraiva, de definir as fontes das narrativas em prosa citadas, num movimento que culmina com a definição de dois poemas épico-narrativos anteriores (um deles, aliás, mesmo anterior a Afonso Henriques), reunidos mais tarde, por volta de 1209, num único poema, a citada “Gesta de D. Afonso Henriques”. Sobre essas mesmas narrativas em prosa trabalhou também, em vários momentos, José Mattoso, confirmando e ampliando as propostas de Saraiva, desta vez na perspectiva do historiador que procura detectar nos textos os indícios dos pontos de vista dos vários grupos sociais em presença nesse momento determinante que é o da fundação do reino². Terei oportunidade de regressar aos estudos de António José Saraiva e de José Mattoso, que obviamente, são a matriz desta minha intervenção. Esclareço, no entanto, que o meu propósito é um pouco o de fazer um movimento inverso, ou seja, o de ler as narrativas em prosa que até nós chegaram, sem me preocupar particularmente (até porque a questão já foi em grande parte esclarecida por Saraiva e Mattoso) com a questão das fontes dessas mesmas narrativas. Na verdade, a matéria narrativa que até nós chegou relativa à vida de Afonso Henriques encontra-se exclusivamente nesses relatos em prosa, os quais, definindo, pois, um quarto nível de tradição (a aceitarmos os estudos referidos, à frente melhor explicitados), constituem ao mesmo tempo o primeiro nível da tradição escrita

¹ “A estória jogralca de Afonso Henriques”, in *A cultura em Portugal, Livro II*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, pp.117-167.

² Nomeadamente em “As três faces de Afonso Henriques” e “A nova face de Afonso Henriques” in *Naquele Tempo — Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 469-483 e pp. 485-500.

a chegar até nós. E nesta medida, a leitura desses textos em si mesmos parece-me igualmente interessante e útil.

Falarei, portanto, do retrato de Afonso Henriques desenhado nos textos medievais, particularmente nas *III e IV Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* e em alguns relatos dispersos no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. De forma a tornar mais claras as minhas fontes farei um breve resumo do que se pensa ter sido a tradição dos relatos proto-históricos sobre o fundador, chamando previamente a atenção para o facto de esta síntese deixar de lado muitos pormenores que se encontram ainda em aberto e continuarem a ser objecto de investigação. Tanto quanto podemos perceber, a primeira fixação escrita das ocorrências relacionadas com Afonso Henriques é feita, na tradicional forma de anais, logo nos anos imediatos à sua morte, ocorrida em 1185: trata-se dos *Annalis Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, provenientes de Santa Cruz de Coimbra e que se poderão datar de 1185-1190. Documento sintético e de carácter não narrativo, dele não me irei ocupar particularmente. Diga-se apenas que a perspectiva é apologética, isto é, como comenta Mattoso, a figura que nele abundantemente se adjectiva “define as dimensões heróicas do nosso primeiro rei”. Paralelamente à escrita destes anais, ou mesmo nos anos imediatos, terão começado a surgir cantares narrativos sobre os feitos de Afonso Henriques, um deles talvez mesmo exterior às fronteiras do reino, cantares esses reunidos e re-elaborados em território português, por volta de 1209 (ou seja, no reinado do seu filho e sucessor D. Sancho), num único cantar, a já citada “Gesta de D. Afonso Henriques”. Todos esses cantares se perderam. Na verdade, a primeira narrativa portuguesa proto-histórica sobre a fundação de Portugal e os seus primeiros reinados terá sido elaborada em finais do século XIII, inícios do XIV (e no que respeita a D. Afonso, em grande parte a partir dessa perdida gesta, se seguirmos António José Saraiva): falo da *Crónica galego-portuguesa de Espanha e Portugal*, hoje igualmente desaparecida, e que Diego Catalán definiu em termos convincentes, crónica essa que, por sua vez, terá em seguida constituído uma das principais fontes para o trabalho do Conde D. Pedro de Barcelos, tanto no que diz respeito à sua *Crónica Geral de Espanha de 1344*, como ao seu *Livro de Linhagens*³. Com efeito, a matéria afonsina aparece em ambas as obras, ainda que em textos distintos: enquanto o *Livro de Linhagens* parece limitar-se a transcrever, de forma abreviada e parcelar, a *Crónica galego-portuguesa*, na *Crónica de 1344* o texto é bastante diferente. Por fim, num manuscrito datado dos finais do século XV, e encontrado por Herculano no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, encontramos ainda dois outros pequenos textos sobre o fundador, exactamente as *III e IV Crónicas Breves de Santa Cruz*. As investigações sobre esses curtos relatos, nomeadamente as de Saraiva e José Mattoso, demonstram que a *IV Crónica* será, na verdade, um fragmento dessa desaparecida *Crónica galego-portuguesa*, sendo, portanto, mais antiga do que a *III Crónica*, que é, por sua vez, um excerto da *Crónica de 1344*.

Em resumo, no que diz respeito à vida e feitos de D. Afonso Henriques, chegaram até nós, portanto, duas narrativas escritas semelhantes, mas não idênticas, uma mais antiga, que corresponderia à *Crónica galego-portuguesa*, e que nos chegou através da *IV Crónica de Santa Cruz de Coimbra* e, parceladamente e com ligeiras diferenças, através do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (título VII)⁴, e outra um pouco mais recente, que chegou até

³ Muito possivelmente não de forma directa, mas através de um outro módulo, a versão que surge em castelhano na *Crónica dos Vinte Reis*.

⁴ E igualmente, em castelhano, na *Crónica dos Vinte Reis*.

nós através da *Crónica de 1344* e da *III Crónica de Santa Cruz de Coimbra*. A estas duas narrativas sobre a fundação do reino e Afonso Henriques, que servirão de base a este pequeno estudo, acrescentarei dois ou três curtos textos de carácter diferente, dispersos no *Livro de Linhagens* e inseridos no grupo a que Mattoso chama “tradições familiares”, e onde a figura do rei surge no contexto de histórias sobre outras figuras da nobreza do tempo, geralmente na forma de pequenas anedotas sobre o quotidiano.

Os dois relatos mais longos sobre Afonso Henriques, a que, para facilitar, chamarei apenas *IV e III Crónicas Breves de Santa Cruz*, têm uma estrutura geral semelhante e duas ou três diferenças maiores. Assim, a narrativa mais antiga desenrola-se nos seguintes módulos: (1) breve introdução, com o casamento do Conde D. Henrique e D. Teresa; (2) discurso do Conde D. Henrique, moribundo, ao filho, morte e enterro do mesmo; (3) confronto entre Afonso Henriques e a mãe (com intervenção do padrasto, Fernão Peres de Trava); (4) batalha de S. Mamede, com a fuga de Afonso Henriques, num primeiro momento, seguida da intervenção de um ajudante, no caso Soeiro Mendes, que o faz regressar ao campo de batalha, e da vitória final das tropas do príncipe; (5) prisão da mãe e maldição ao filho, seguida do pedido de auxílio de D. Teresa ao imperador de Castela; (6) invasão do imperador e recontro de Valdevez, com a derrota e fuga do imperador; (7) referência ao controle do território e à batalha de Ourique, com indicação explícita da mudança de estatuto, de príncipe a rei, e das armas do reino (quinas); (8) narrativa conhecida como “o bispo negro”; (9) casamento com D. Mafalda; (10) actividades civis do rei: ordens e mosteiros criados; (11) fundação miraculosa do mosteiro de Alcobaça; (12) breves referências às conquistas de Lisboa (com a criação de S. Vicente de Fora) e de Évora; (13) apreciação geral do rei; (14) cumprimento da maldição materna — desastre de Badajoz; (15) breve referência à morte do rei e localização do túmulo.

A *III Crónica* tem, como se disse, uma estrutura semelhante, mas com as seguintes diferenças: na sequência relativa à batalha de S. Mamede o ajudante deixa de ser Sueiro Mendes, e passa a ser Egas Moniz. Isto possibilita que, no seguimento do módulo 6 (derrota e fuga do imperador depois do recontro de Valdevez), seja introduzido um outro módulo, que narra uma nova invasão do mesmo imperador, o cerco a Guimarães, e uma nova intervenção de Egas Moniz que consegue convencer o imperador a pôr fim a esse cerco; segue-se uma conversa entre Egas Moniz e Afonso Henriques e finalmente a ida a Toledo de Egas Moniz, com a mulher e os filhos (numa lenda bem conhecida). A *III Crónica* introduz, pois, aqui uma sequência narrativa totalmente ausente do texto mais antigo. A história retoma em seguida a sequência da narrativa anterior, com a batalha de Ourique, mais detalhada, como mais detalhadas são as referências às armas portuguesas, no caso os escudos, as cruzes e os dinheiros, seguida igualmente da sequência do bispo negro. No final desta sequência é introduzida uma outra nova sequência, que é o relato detalhado da conquista de Santarém (depois de uma breve referência à conquista de Leiria e Torres Novas). Como se vê, é também uma sequência ausente do texto mais antigo. O resto da narrativa apresenta as mesmas matérias da anterior, mas numa ordem ligeiramente diferente, com as conquistas em primeiro lugar e muito mais detalhadas (Lisboa, Alenquer, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer, Beja, Évora, Elvas, Moura e Serpa⁵), seguidas das actividades

⁵ Uma parte significativa destas referências surgem também já na versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

civis relativas a ordens e mosteiros (mas sem a sequência da fundação milagrosa de Alcobaça⁶), do casamento e da apreciação global. A *III Crónica* termina aqui, mas no texto semelhante da *Crónica de 1344* segue-se igualmente a narração do desastre de Badajoz, também mais detalhada (e com pormenores diferentes) e finalmente a referência à morte do rei e ao seu túmulo.

Em resumo, e para além das questões de pormenor, o relato mais recente apresenta três grandes diferenças em relação ao relato mais antigo: uma omissão (a fundação milagrosa de Alcobaça) e duas grandes sequências novas (a história de Egas Moniz e o relato da conquista de Santarém). Nota-se também no relato mais recente uma maior preocupação lógica, o que é visível nomeadamente na arrumação das sequências posteriores à história do bispo negro, com o casamento a passar para o fim, por exemplo (sendo que, em ambos os relatos, a sequência final é a do desastre de Badajoz). Essa preocupação lógica é visível ainda na introdução de explicações suplementares em pontos que terão sido considerados obscuros, nem sempre com os melhores resultados narrativos, diga-se. Já António José Saraiva chamou a atenção para a significativa diferença num dos passos da história do bispo negro, relativo à ordem que o rei dá aos clérigos, renitentes a escolherem um novo bispo. Onde o texto mais antigo relata: “*El-rei lhes disse: ‘Esso que vós dizedes nunca aqui seerá bispo. Mas saide-vos todos pola porta e eu catarei qual faça bispo’*. E eles fizeram-no assi. *El-rei viu vir um que era negro e disse-lhe (...)*”; o texto mais recente relata: “*E ele vendo que nom queriam fazer o que lhes ele mandava, degradou-os todos de sua terra. E em saindo el-rei da crasta, viu vir um crérigo que era mui negro de sua color e disse-lhe (...)*”. A alteração ao relato primitivo parece resultar, como faz notar António José Saraiva, de uma incompreensão do sentido do gesto do rei, que no texto primitivo faz desfilar perante si os clérigos renitentes (“*saide-vos todos pola porta*”), com vista a escolher um deles, recurso teatral muito mais próximo do cantar jogralesco. A versão do relato mais recente, substituindo a porta pelo exílio (“*degradou-os todos de sua terra*”), acaba assim por se tornar muito mais inverosímil, com a ordem de degredo seguida do súbito aparecimento de um outro clérigo “negro”, vindo não se sabe bem de onde. Mas as explicações acrescentadas no relato posterior também são por vezes clarificadoras, como acontece nos detalhes que são dados sobre o desastre de Badajoz, relativos ao ferrolho da porta, por exemplo (na última versão é sobretudo o cavalo que fica ferido de morte ao embater no ferro, o que ajuda a explicar por que motivo o rei se sai mal do recontro com os inimigos e acaba por ser preso — refiro-me aqui, como é evidente, à lógica da narrativa e não à veracidade dos factos; porque, neste aspecto, é nítido que a versão do desastre de Badajoz dada pela *Crónica de 1344* tende a ser muito mais favorável a Afonso Henriques do que a versão anterior).

Para além destes acrescentos “lógicos”, a *III Crónica* é também muito mais detalhada (e extensa) não só porque, como faz notar ainda António José Saraiva, “quem conta um conto acrescenta um ponto” (é portanto mais palavrosa e recorre menos ao discurso directo), mas também porque parece haver mais quantidade de informação disponível, nomeadamente no que diz respeito às conquistas, como se viu (e mesmo a conquista de Lisboa, já referida no texto anterior, surge agora com detalhes novos, como a referência à intervenção “*de muitas companhas d’alemães e framengos e doutras nações*”, com a indicação das terras

⁶ Talvez por lapso, António José Saraiva diz que este relato só surge posteriormente, na *Crónica de 1344*. Na verdade, ele surge exactamente na versão mais antiga e está ausente da versão da *Crónica de 1344*.

concedidas a alguns deles). Também o início da narrativa relativa à vinda do Conde D. Henrique e seu casamento com D. Teresa, por exemplo, apresenta dados novos (como a referência ao primo Raimundo de Tolosa). Acrescenta-se portanto na versão mais recente um suplemento de informação que chega a incluir, como igualmente se disse, um relato razoavelmente extenso da conquista de Santarém, muito vivo e movimentado (o qual, como notam Mattoso e Saraiva, poderá eventualmente ter tido como fonte a própria narração que Afonso Henriques terá feito pessoalmente aos clérigos de Santa Cruz⁷).

E será exactamente este propósito geral de acrescentar mais informação que deverá explicar igualmente a inclusão da lenda de Egas Moniz que, como Mattoso supõe, provirá de um outro relato épico oral, uma “gesta de Egas Moniz”, elaborada talvez, na segunda metade do século XIII, pelos seus descendentes (nomeadamente no círculo do trovador João Soares Coelho), num processo que o estudo de Mattoso analisa detalhadamente⁸. Houve, portanto, acesso a outras fontes, de carácter variado (e mais fidedignas umas que outras), que se incluíram no relato posterior. Quanto à omissão da sequência relativa à fundação milagrosa do mosteiro de Alcobaça, ela poderá ter explicações várias. Mas não é impossível que o mesmo espírito lógico, e mesmo racionalista, de que falámos antes tenha contribuído para a decisão do cronista de 1344 de omitir tal relato⁹. De facto, esse espírito é também visível nas ligeiras alterações que são introduzidas na sequência a que chamámos apreciação geral do rei, curta sequência que surge, como se disse, imediatamente antes da narrativa do desastre de Badajoz. Repare-se no que se corta na passagem de uma versão para a seguinte: onde a primeira crónica diz “*E em como foi da primeira mui esquivo, assi tornou depois, pela graça de Deus, a seer muito a serviço de Deus. Ca em seu tempo, quando era mancebo, nom conhicia tanto Deus nem sabia que era*”, a versão de 1344 diz: “*E em sua mancebia foi mui bravo e esquivo, mas depois foi mui manso e mesurado e boom cristão e fez muito serviço a Deus*”. É, novamente, uma versão mais branda do rei, mas ao mesmo tempo, mais cortês e menos imediatamente religiosa.

Na verdade, se o relato mais antigo poderá ter tido como uma das suas principais fontes o cantar que poderemos designar como “Gesta de Afonso Henriques”, deve notar-se que o texto escrito que chegou até nós, ou seja, a *IV Crónica*, não pode ser reduzido a esse cantar. O próprio António José Saraiva, no início do estudo que temos vindo a referir,

⁷ Um relato semelhante, mas com alterações significativas, surge numa narrativa latina, igualmente proveniente de Santa Cruz de Coimbra, *De expugnatione Scalabis*, in *Portugaliae monumenta historica. Scriptores*, I, Lisboa, Academia das Ciências, pp. 93-95. Apesar de Saraiva e Mattoso sugerirem que seria essa a fonte da Crónica, tal não é a opinião de Lindley Cintra, opinião essa que me parece mais consistente (Introdução à *Crónica geral de Espanha de 1344*, Lisboa, IN/CM, vol. I, 1951, p. CCCXCIV).

⁸ “João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz”, in *Portugal medieval – Novas interpretações*, Lisboa, IN/CM, 2ª ed., 1992, pp. 409-435.

⁹ Parece, aliás, haver uma variação curiosa nas referências a Alcobaça. O milagre desaparece no *Livro de Linhagens*, e na *III Crónica*, onde se diz apenas sucintamente, depois de se referir a fundação do mosteiro: “*e ofereceu-o a Sam Bernaldo, que era abade de Craraval*. Mas na versão posterior da própria *Crónica de 1344* (e não no texto semelhante da *III Crónica de Santa Cruz* que temos vindo a seguir) diz-se ainda, numa clara referência ao milagre desaparecido do texto: *E segundo openiom d’alguns, dizem que este rei dom Afonso havia grande devoção nas orações de S. Bernardo. E que por esto lhe dava Deus tantas boas andanças contra os mouros*”. A anterior narrativa deixa portanto aqui ainda alguns vestígios, mesmo se o milagre que nela se narrava é reduzido à “opinião de alguns” (que não será exactamente a do narrador). Como se vê, apesar dos textos serem muito semelhantes, a *III Crónica* não segue literalmente o texto de 1344.

começa por distinguir, na matéria afonsina dos textos que analisa, duas séries distintas: uma monástica e outra cavaleiresca. É exclusivamente sobre esta última matéria, como se disse, que o seu estudo incide e não propriamente sobre a totalidade do relato escrito que nos chegou. E a este propósito acrescenta, sobre a matéria cavaleiresca, cujo ponto de vista parece diametralmente oposto a outras sequências da narrativa escrita: “*dela faz parte o famoso episódio do bispo negro, que Herculano romanceou nas Lendas e narrativas. Em caso nenhum essa lenda, pela linguagem, pelos personagens, pelo enredo e pelo espírito poderia ser imaginada e escrita por clérigos*”. Mas o problema que a leitura dos relatos escritos que até nós chegaram nos coloca é o seguinte: nesses textos não há duas séries, há só uma. Quer dizer, e por exemplo no que respeita à narrativa mais antiga: à manta de retalhos que é a própria matéria do que Saraiva designa por “Gesta de Afonso Henriques” (resultante, como propõe e como se disse, de três tradições autónomas, que apresentam, cada uma delas, retratos distintos do rei), juntam-se, no texto escrito, as sequências provenientes da tradição monástica, de que a mais saliente será a da fundação milagrosa do mosteiro de Alcobaça. Assim, quase imediatamente a seguir ao episódio do bispo negro, tão marcadamente anti-clerical, o leitor da *IV Crónica Breve* depara-se com a figura piedosa de Afonso Henriques fundando milagrosamente o mosteiro de Alcobaça, sem que a incongruência pareça perturbar minimamente o cronista que “cose” os retalhos. Não sabemos quem teria sido esse cronista, que talvez não fosse realmente um clérigo. Mas, como se vê, se ele não imaginou a lenda do bispo negro, transcreveu-a tão piamente como o milagre seguinte. E escreveu desta forma um texto único (única matriz, aliás, a chegar até nós), que tem a sua lógica própria, e que desemboca nomeadamente na apreciação geral do rei que é feita imediatamente antes do desastre de Badajoz (e que acima transcrevemos).

É este, de facto, um dos fios condutores tanto da primeira como da segunda narrativa (mesmo que o milagre de Alcobaça desapareça do texto posterior, este fio mantém-se). Na verdade, a breve sequência da apreciação geral da figura do rei, presente nos dois textos, torna visível um narrador que tenta, mesmo assim, dar uma certa ordem às informações díspares de que dispõe e justificar aos olhos do leitor a aparente incongruência dos comportamentos do rei (distinguindo entre a “impiedade” da sua juventude e a piedade “pela graça de Deus” da idade adulta). Nota-se, aliás, nos dois textos que a apreciação geral é introduzida no modo de paragem da narrativa, uma intromissão do narrador (tardio) na história factual (anterior) que narra. No relato mais antigo, esse momento de pausa é muito visível no modo como a narrativa prossegue abruptamente depois destas considerações gerais sobre a figura do rei: “*Depois desto, polo mal e polo pecado que fez a sua madre em prendê-la, quebrou-lhe ã perna em Badalhouce, que havia filhada a mouros; e foi desta maneira*”. O “*depois desto*” é narrativamente incongruente, uma vez que imediatamente antes não estão factos, mas apreciações gerais. A narrativa factual já tinha parado várias linhas antes. No texto mais recente (a *Crónica de 1344*) o processo é narrativamente menos abrupto, mas é igualmente mais claro, uma vez que o início do capítulo relativo ao desastre de Badajoz assinala explicitamente o retomar da narrativa anterior. Imediatamente a seguir à apreciação geral diz-se: “*Conta a estória que el-rei D. Fernando de Leon...*” Regressa-se, portanto, à fonte que se segue, depois do momento de pausa correspondente ao presente da narrativa.

Quanto ao outro fio condutor da narrativa, a maldição materna e a sua concretização no desastre de Badajoz, que seria o da primitiva gesta afonsina, já foi suficientemente estudado por Saraiva e Mattoso, pelo que não vou demorar-me nesta questão. Diga-se apenas que esse primitivo fio narrativo vem em auxílio do narrador do texto escrito, uma

vez que permite, na verdade, dar uma moralidade implícita à totalidade da história, o desastre de Badajoz funcionando de certa forma como castigo, no caso não apenas do comportamento do filho em relação à mãe, mas de todas as “estórias” anteriormente contadas. Desta forma, a sequência final do desastre de Badajoz serve de ponto de encontro entre os dois fios condutores que organizam o relato (o cavaleiresco e o monástico), é verdadeiramente o seu epílogo. Só assim se entenderá por que motivo a apreciação geral do rei não é a sequência final, como se poderia esperar, mas precede exactamente, em ambos os textos, a sequência do desastre de Badajoz¹⁰.

O texto mais recente introduz, aliás, uma alteração curiosa nesta sequência final, que é o facto de a referência à maldição deixar de ser feita no início da sequência para ser transferida para o seu desfecho. Na verdade, enquanto na versão mais antiga, como se viu, a “estória” contada exemplifica a maldição referida em abertura (cumpriu-se a maldição “*e foi desta maneira*”), na narrativa posterior, conta-se primeiro essa “estória”, numa sequência narrativa idêntica às outras, e só depois do desastre consumado, já depois da prisão de Afonso Henriques, se diz: “*E entom foi comprida a maldição que lhe lançou sua madre...*” Se a referência à maldição se mantém, pois, a forma narrativa torna-a mais branda, sublinhando sobretudo o texto a série de acasos e azares que conduzem ao desfecho trágico, e que explicam implicitamente, também eles, esse desfecho. Assim, se a maldição se cumpre, o episódio deixa de ser colocado imediatamente sob o seu signo, no movimento aparentemente “racionalista” de que falámos antes. O narrador deste texto posterior substitui, aliás, à narrativa relativamente neutra do desastre feita pelo primeiro, uma narrativa com maior folgo retórico, a qual, ampliando os pormenores, não se esquece de acentuar a bravura e heroicidade do rei, que sai *rijamente* da vila ao encontro dos inimigos “*como aquele que era o mais valente e esforçado cavaleiro que se podia saber*” (e por isso não repara no ferrolho, o que é “natural”). Seja como for, é evidente que o desastre de Badajoz, como sequência final, funciona em ambas as narrativas, como dissemos, como epílogo implicitamente moral: os erros pagam-se, o acaso é uma das formas inevitáveis da justiça divina, a que nem os mais fortes escapam. Nesta medida, a figura de Afonso Henriques surge em ambas as narrativas não como um herói plano mas como um verdadeiro herói trágico, aquele que reúne em si as qualidades e os defeitos que, pelo excesso, o distinguem do homem comum e lhe garantem um destino de excepção.

Não penso, pois, ao contrário de António José Saraiva, que estas duas narrativas primitivas sobre Afonso Henriques sejam assim tão incongruentes no modo como “cosem” os vários retalhos, nomeadamente os relativos à tradição cavaleiresca e à tradição monástica. A figura de Afonso Henriques que nelas se desenha tem uma lógica diacrónica, ou seja, a narrativa acompanha um percurso que vai da imprudência e excesso de confiança juvenis (patentes no seu comportamento na batalha de S. Mamede), à arrogância do conquistador e do chefe do bando de cavaleiros vitoriosos (na prisão da mãe e na “estória” do bispo negro), até à sensatez do homem maduro (no apoio às ordens militares e outras actividades civis e na sua piedade na fundação de mosteiros) e onde se sublinham igualmente as suas qualidades de arguto estratega (especialmente no relato da conquista de Santarém, da segunda

¹⁰ O texto do *Livro de Linhagens* (quase mas não totalmente idêntico à *IV Crónica de Santa Cruz*, como se disse) apresenta uma variação curiosa: de facto, nela a apreciação global do rei desaparece. Mas no final, quando se refere a data do seu falecimento, este texto (e só ele) acrescenta, num futuro pleno de sentido “*e será no paraíso*”.

narrativa). O desastre de Badajoz fecha tragicamente o ciclo, mas deve notar-se que, mesmo aqui, não é nunca na figura do derrotado que Afonso Henriques nos aparece. Na verdade, ambos os relatos terminam com uma referência que não tem sido suficientemente analisada, a correspondente aos anos seguintes à derrota. Conta a primeira narrativa:

E ali o prendeu logo el-rei D. Fernando. E deu-lhe logo quantos castelos tinha filhado na Galiza e fez-lhe preto e menagem que, como cavalgasse em cavalo, fosse a el-rei D. Fernando, u quer que ele fosse. E entom se tornou a Coimbra. E nunca mais quis cavalgar todos seus dias em cavalo até que morreu. E andava em ùa carreta.

136

Aparentemente o texto é meramente informativo, e muitas vezes é lido desta maneira: desenha a figura de um rei doente, transportado de carreta. Na verdade, não é esse o sentido da narrativa, como bem entendeu o narrador do texto posterior, que clarifica:

E el-rei D. Fernando, depois que teve as fortalezas e recebeu dele a menagem, soltou-o. E el-rei D. Afonso tornou-se pera sua terra e, depois, nunca cavalgou em besta por nom haver razom de tornar à menagem. E sempre se des ali em diante fez trager em andas e em colos de homens. E assi andou toda sua vida.

Independentemente da alteração no meio de transporte, não se trata, portanto, em ambas as narrativas, de um rei derrotado e incapacitado pela doença. Trata-se, como a segunda narrativa clarifica, de um rei que voluntariamente não torna a montar a cavalo para não ter que cumprir o prometido: o de regressar à menagem, assim que pudesse voltar a cavalgar. É, pois, ainda a figura do herói arguto que ambos os textos desenharam como epílogo, e não a do homem derrotado. Se a maldição se cumpre a nível pessoal (os desígnios de Deus são insondáveis), o chefe não é por ela abatido; consegue, muito pelo contrário, contorná-la em seu benefício e dos seus. Em síntese: se não é ainda o mito que se desenha nestas narrativas, como faz notar José Mattoso, se elas desenharam na verdade uma figura humana, cujos defeitos e excessos não se escondem nem iludem, deve, no entanto, acrescentar-se que, ao mesmo tempo, é este material humanamente contraditório que define exactamente o herói trágico, aquele onde mais imediatamente o mito pode enraizar.

Passemos agora às pequenas narrativas dispersas nos *Livros de Linhagens* e provenientes de tradições familiares, onde a figura de Afonso Henriques nos aparece com traços ligeiramente diferentes. São “estórias” muito curiosas, porque nos apresentam uma face mais quotidiana da figura do rei. Resumo brevemente as duas principais. Numa delas vemos Afonso Henriques hospedado em casa de D. Gonçalo de Sousa de Unhão e “doneando-lhe” a mulher à hora de almoço. Surpreendendo os dois, D. Gonçalo, depois de rapar o cabelo à consorte, remete-a à família, montada ao contrário num sendeiro, e perante as chufas e apupos de todos os moços da casa. “*E entom foi rei D. Afonso mui bravo*” como conta a “estória”; travando um diálogo azedo com D. Gonçalo (sigo a versão do *Livro Velho*, mais concisa), diz o rei “Por muito menos que isto cegou o meu avô o vosso” (esta história é, de facto, contada um pouco antes, mas o tempo de que disponho não me permite referi-la); ao que responde D. Gonçalo: “*Senhor, non metades em esso mentes; ca o cegou a grã torto e morreu por ende a grã direito*”. Na outra pequena narrativa vemos o rei comendo em Coimbra na companhia de alguns dos seus cavaleiros, entre os quais dois familiares por afinidade, D. Sancho Nunes, referenciado como seu genro, D. Gonçalo de Sousa, referenciado como marido da sua neta¹¹, e ainda D. Fernão Mendes, o Bravo, senhor

de Bragança. Este último torna-se motivo de chacota do grupo próximo do rei em razão de “*ũa pouca de nata que (lhe) caíra pela barva*”. Segue-se a ira do despeitado senhor de Bragança contra o rei, só aplacada, segundo reza a “estória” quando este finalmente lhe dá a própria filha (que subtrai ao legítimo marido, Sancho Nunes) e as terras de D. Gonçalo de Sousa, obtendo assim o desagravo contra os dois cavaleiros “chufadores”.

Não podemos, obviamente, pronunciarmo-nos sobre a verdade factual destes pequenos relatos, ainda que ambos retratem comportamentos que não seriam talvez inverosímeis na figura de Afonso Henriques: refiro-me, não à sua reacção (que as “estórias” não apresentam como particularmente brilhante, como se vê), mas aos próprios factos na origem dos episódios, ou seja, à tentativa de sedução de uma dona casada “nas barbas” do marido e à chacota com um cavaleiro um pouco mais rústico (e cavaleiro que outras histórias do mesmo *Livro de Linhagens* apresentam, aliás, como violento e irascível). Na verdade, Mattoso vê nestas pequenas narrativas, que datarão de finais do século XII / inícios do século XIII e que teriam tido como fonte genealogias particulares, a prova da animosidade com que várias das famílias mais antigas e poderosas do Norte de Portugal encaravam, ainda na época, o rei fundador, “contando a respeito dele histórias infamantes, para mostrarem que os seus antepassados eram muito capazes de competirem ou rivalizarem com Afonso Henriques”. Das anedotas, Mattoso sublinha, pois, a reacção do rei, tal como é descrita nos relatos (que obviamente farão parte das histórias que corriam no interior dessas famílias, episódios que se contam de geração em geração, como se disse). Em ambas o rei cede perante as exigências dos cavaleiros, por vezes completamente bizarras e, aliás, dificilmente credíveis (como no caso da “transferência” da filha). Mas o desfecho destas narrativas (ou seja, o modo como os episódios são contados) se historicamente pode ser muito significativo, como sintoma das posições dos grupos em presença tanto na época da Afonso Henriques como em finais do século XII e inícios do XIII, não será talvez o mais importante em relação à figura do rei que elas nos transmitem, já que, como é evidente, o ponto de vista que estas pequenas anedotas transmitem é o da memória familiar e da exaltação dos antepassados, com vista sobretudo ao presente dos narradores¹². Já os motivos de que partem ambas as anedotas, o que poderemos chamar “apetite sexual” do rei na primeira ou gosto pela provocação na segunda são bastante mais verosímeis e não é impossível que correspondam, se não à letra, pelo menos ao espírito da figura do nosso primeiro rei. Não destoam, de qualquer forma, da apreciação crítica que fazem as duas crónicas anteriormente referidas sobre a juventude de Afonso Henriques.

A este respeito, será talvez conveniente regressar brevemente a essas duas narrativas para lembrar a longa sequência do discurso-testamento do Conde D. Henrique ao filho, e que não tivemos ainda ocasião de comentar. Trata-se, na verdade, de uma sequência muito interessante na qual se expõem, à sua maneira, as normas e regras da arte de bem governar. Ainda que os recursos dramáticos sejam eficazmente utilizados nessa sequência (será esta uma das sequências iniciais da referida gesta afonsina, segundo António José Saraiva), a longa fala do Conde D. Henrique não se limita a ser um discurso pontual de um pai moribundo ao seu filho e herdeiro; é, pelo contrário, uma verdadeira passagem de teste-

¹¹ De facto parece que D. Sancho Nunes e D. Gonçalo de Sousa seriam respectivamente cunhado e genro de Afonso Henriques.

¹² Questão que Mattoso clarifica perfeitamente no seu estudo, ao referir-se nomeadamente às alterações no seio das elites dirigentes ocorridas nos reinados seguintes.

munho, tanto no aspecto material da herança (as terras), como no aspecto espiritual de valores. O facto de surgir nos textos em discurso directo (de ouvirmos, portanto, o Conde D. Henrique a falar), pode por vezes levar-nos a esquecer o que esse discurso tem de construído e mesmo de normativo. Na verdade, na boca do Conde se colocam palavras que definem o papel do rei, tal como o seu autor o entende (autor esse que não é, obviamente, o Conde D. Henrique, e que será eventualmente o autor da gesta). Com efeito, depois das questões práticas relativas à herança (os limites das terras que por direito lhe pertenceriam — “*d’Estorga até Leon e até Coimbra*” — geografia que configura, aliás, uma curiosa e ambiciosa reivindicação territorial¹³), seguem-se uma série de conselhos sobre a arte de bem governar, com referência explícita ao modo como devem ser tratadas as suas duas principais bases de apoio, a nobreza e os concelhos (mas sem referência ao clero). Diz o Conde: “*sei companheiro aos fidalgos e dá-lhes todos seus direitos; aos concelhos faze-lhes honra, e faze de guisa que todos hajam direito, assi os grandes como os pequenos*”. Segue-se uma demorada referência à importância da justiça como dever essencial do rei, tema que, como é sabido, percorre toda a Idade Média, pelo menos desde Isidoro de Sevilha¹⁴, acrescentando-se: “*e nom consentas aos teus homens de ser sobervosos e atrevudos em mal fazer nem faça[m] força a nenhum, ca perderás teu bom preço se taes coisas nom castigares*”. A fala termina novamente com questões práticas, sobre o modo de conservar Astorga (onde a cena se passa e onde efectivamente o Conde morreu) e com as disposições finais quanto ao enterro (em Braga, onde, de facto, foi enterrado).

As normas de comportamento real que aqui se explicitam atribuem sobretudo deveres ao rei, cuja obrigação é, pois, a de respeitar, a partir dos seus respectivos estatutos, “tanto os grandes como os pequenos”. Assim, se a relação com os fidalgos se define (no significativo termo *companheiro*) em termos de fraternidade de armas, implicando a ideia de rei como chefe de um bando de cavaleiros, chefe que tem ainda o dever de controlar e castigar os seus homens de forma a evitar que possam abusar da sua posição de força, o texto não se esquece igualmente de referir que esses mesmos fidalgos têm direitos próprios e que esses direitos devem ser respeitados pelo rei¹⁵. A filosofia política que aqui se exprime não é, pois, a do rei como mero chefe de bando, nem mesmo a do poder absoluto do monarca, mas a de que o poder real se legitima pela obediência a certos limites, limites esses que são os dos direitos estabelecidos dos dois principais grupos sociais, a nobreza e o povo. É o pai, o Conde D. Henrique, que dá ao filho, Afonso Henriques, estes conselhos (ou em cuja boca se colocam estas normas políticas). Na verdade, nas crónicas que temos vindo a analisar (e muito certamente na gesta de que partiram) a verdadeira figura do modelo não é Afonso Henriques, mas o Conde D. Henrique. É ele o antepassado respeitado, cuja voz (“de além-túmulo”, segundo Saraiva) exprime os valores morais abstractos que deverão nortear o

¹³ Como escreve António José Saraiva “esta declaração constitui um título de legitimidade, cuja intenção se compreenderá na sequência” (*op.cit.*, p. 137)

¹⁴ António José Saraiva cita um extracto dos *Costumes de Beja*, onde as expressões usadas são quase idênticas às que surgem nas crónicas (*op. cit.* p. 138)

¹⁵ Na verdade, António José Saraiva optou por seguir, neste passo do texto, a versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, único de entre os textos citados a seguir uma versão ligeiramente diferente, uma vez que diz: “*e dá-lhe sas soldadas todas*”. Esta opção terá eventualmente sido tomada por questões de reconstituição métrica dos versos da Gesta. Note-se, no entanto, que todas as outras versões, incluindo a mais antiga, falam de “direitos” e não de “soldadas”, o que não pode deixar de ser considerado significativo.

comportamento do futuro rei, e cuja subsequente prática, como se viu, as crónicas nem sempre consideram modelar.

E nesta medida, não é inverosímil supor que também alguns dos seus companheiros fidalgos se pudessem sentir lesados pelo não cumprimento literal deste pacto político, em momentos de um quotidiano cuja veracidade factual é difícil de reconstituir, mas que conteria, certamente, momentos de conflito e de tensão. As anedotas do *Livro de Linhagens* talvez sejam igualmente o reflexo disto mesmo. Ao sublinharem essencialmente os aspectos de contra-modelo da figura do rei (cuja proximidade com os antepassados, mesmo assim, note-se, se procura realçar), essas pequenas narrativas abrem o nosso olhar para o que me parece ser o verdadeiro lado épico de Afonso Henriques: o de ter sido, além de um chefe corajoso e arguto, um homem que nem sempre se apresentaria como um modelo, ou seja, alguém que não precisou do mito para o impor.